



AENERGYTECH

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Pregão Eletrônico nº 001/2026

Objeto: Fornecimento e instalação de luminárias para iluminação pública em LED

Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Fátima

Recorrida: AENERGYTECH DO BRASIL LTDA

Recorrentes:

LIRANCO Comércio de Materiais Elétricos e Obras Elétricas Ltda
Multiplus Tecnologia Ltda

I – SÍNTESE DOS RECURSOS

Os recursos interpostos pelas empresas LIRANCO e MULTIPLUS alegam, em síntese:

- Ausência de manta térmica;
- Irregularidade na tomada padrão 7 pinos;
- Inexistência de válvula de alívio;
- Não conformidade do DPS;
- Ajuste angular insuficiente;
- Grau de proteção IP do relé inferior ao exigido.

Tais alegações não merecem prosperar, conforme demonstrado tecnicamente nos documentos oficiais juntados ao processo.

II – DO PARECER TÉCNICO DO FABRICANTE

O fabricante das luminárias apresentou Parecer Técnico de Conformidade atestando o pleno atendimento às exigências editalícias.

2.1. Manta de Condutividade Térmica

O parecer comprova que a luminária possui manta instalada entre a placa de LED e o corpo de alumínio, conforme exigido no item 3.2 do Termo de Referência

Portanto, inexiste qualquer irregularidade nesse ponto.

2.2. Tomada Padrão ANSI C136.41 – Revestimento em Ouro

O fabricante esclarece que:

- Os contatos de sinal possuem revestimento em ouro;
- Os contatos de potência utilizam material compatível com altas correntes;
- A configuração está integralmente conforme a norma ANSI C136.41.

Tal informação consta expressamente no parecer técnico



AENERGYTECH

Assim, a interpretação da recorrente LIRANCO é equivocada, pois ignora os critérios técnicos da norma aplicável.

2.3. Válvula de Alívio de Pressão

O parecer confirma que a luminária possui válvula integrada ao prensa-cabo, conforme exigência do edital

Logo, a alegação de ausência carece de fundamento.

2.4. Proteção Contra Surtos – DPS

O Termo de Referência exige DPS mínimo de 10kV.

O fabricante comprova que o equipamento atende exatamente ao parâmetro exigido

Não há previsão editalícia quanto à corrente nominal em kA, tornando irrelevante a alegação da MULTIPLUS.

2.5. Ajuste Angular

O parecer demonstra que a luminária permite regulação de $\pm 5^\circ$, conforme previsto no edital

Assim, não procede a alegação de desconformidade.

III – DO RELÉ FOTOCONTROLADOR – GRAU DE PROTEÇÃO IP66 E DA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

No que se refere à alegação da recorrente LIRANCO quanto ao suposto não atendimento do grau de proteção IP66 do relé fotocontrolador, verifica-se, conforme catálogo técnico oficial do modelo JV03, que o equipamento possui índice de proteção IP66, atendendo integralmente às exigências do item 6.3 do Termo de Referência

Além disso, cumpre destacar que, no curso do procedimento licitatório, **a Administração oportunizou a diversas licitantes a realização de diligências** para complementação e comprovação documental de requisitos técnicos, inclusive quanto a características de componentes e acessórios, em estrita observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, sempre que houve dúvida objetiva quanto ao atendimento de determinada exigência, foi concedido prazo razoável para apresentação de esclarecimentos e documentos comprobatórios, preservando-se os princípios da isonomia, da ampla defesa e da busca da proposta mais vantajosa.

Ressalte-se que tal procedimento foi adotado de forma uniforme, sem qualquer favorecimento, inclusive em relação à empresa AENERGYTECH DO BRASIL LTDA, que apresentou tempestivamente documentação técnica idônea, sanando eventual



AENERGYTECH

questionamento quanto ao grau de proteção do relé fotocontrolador.

Assim, mostra-se absolutamente indevida qualquer pretensão de desclassificação baseada em formalismo excessivo, sobretudo quando a própria Administração, de forma coerente e reiterada, admitiu a utilização de diligências como instrumento legítimo de esclarecimento técnico.

Dessa forma, resta demonstrado que:

- o requisito IP66 foi efetivamente atendido;
- houve oportunidade isonômica de comprovação;
- não subsiste qualquer violação ao edital.

IV – DA IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES DOS RECORRENTES

As alegações constantes nos recursos:

- Não encontram respaldo técnico;
- Foram devidamente esclarecidas por documentação oficial do fabricante;
- Contrariam provas técnicas juntadas aos autos.

Ressalte-se que o parecer foi elaborado por empresa fabricante especializada, com base em ensaios, normas técnicas e documentação formal.

Portanto, inexistente qualquer vício material que justifique a inabilitação da AENERGYTECH.

V – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve observar:

- A vinculação ao instrumento convocatório;
- A objetividade na análise;
- A estabilidade dos atos administrativos.

Tendo sido comprovado o atendimento integral às exigências técnicas, não é juridicamente admissível a reforma da decisão com base em alegações frágeis e dissociadas da prova documental.

VI – DO CARÁTER MERAMENTE PROTETÓRIO DOS RECURSOS

Observa-se que os recursos se fundamentam em interpretações parciais e descontextualizadas dos documentos técnicos, indicando inconformismo com o resultado do certame, e não efetiva irregularidade.

A tentativa de rediscutir matéria já tecnicamente comprovada afronta os



AENERGYTECH

princípios da eficiência e da razoável duração do processo.

VIII – DO PEDIDO

Diante do exposto, restou demonstrado que:

- A luminária atende integralmente ao edital;
- O relé fotocontrolador possui IP66;
- O DPS, ajuste angular, manta térmica, tomada ANSI e válvula de alívio estão em conformidade;
- Os recursos carecem de fundamento técnico.

Requer-se:

1. O conhecimento das presentes contrarrazões;
2. O **indeferimento integral** dos recursos interpostos por LIRANCO e MULTIPLUS;
3. A **manutenção da habilitação/classificação** da empresa AENERGYTECH DO BRASIL LTDA;
4. O regular prosseguimento do certame até sua homologação.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2026

AENERGYTECH DO BRASIL LTDA
CNPJ nº 51.988.993/0001-92
FELIPE SANTOS BORTOLI
RG nº 109502871 - CPF 086.830.559-65